JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.15 06:54:41 -03'00'

BEMISA

PLANALTO PIAUÍ PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 09.303.359/0001-02

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Companhia e de sua administração durante o ano de 2022: A Companhia foi constituída em dezembro de 2007 e tem por objetivo a pesquisa, prospecção e desenvolvimento de ativos minerais. Durante o exercício de 2022, a Companhia deu continuidade aos trabalhos de pesquisa, prospecção e desenvolvimento do seu projeto de exploração de minério de ferro, conforme os padrões internacionalmente aceitos. As atividades da Companhia a serem realizadas durante o ano de 2023 serão suportadas por aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados por meio das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**601**	974
Impostos a recuperar	5	**32**	7
Despesas antecipadas		**1**	9
Outros créditos		**-**	1
Total do ativo circulante		**634**	991
Não circulante			
Impostos a recuperar	5	**46**	70
Total do ativo não circulante		**46**	70
Total do ativo		**680**	1.061
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	**157**	498
Obrigações trabalhistas		**47**	40
Obrigações fiscais		**5**	23
Outras obrigações		**6**	-
Total do passivo circulante		**215**	561
Patrimônio líquido	7		
Capital social		**107.754**	101.254
Prejuízos acumulados		**(107.289)**	(100.754)
Total do patrimônio líquido		**465**	500
Total do passivo		**680**	1.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Receitas (despesas) operacionais	Nota	2022	2021
Gerais e administrativas	8	**(6.675)**	(7.698)
Outras receitas		**-**	11
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(6.668)**	(7.687)
Resultado financeiro		**133**	32
Despesas financeiras		**(13)**	(10)
Receitas financeiras		**146**	42
Prejuízo do exercício		**(6.535)**	(7.655)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(6.535)**	(7.655)
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**(6.535)**	(7.655)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.254	-	(93.099)	2.154
Subscrição de capital	9.000	(9.000)	-	-
Integralização de capital	-	6.000	-	6.000
Prejuízo do exercício	-	-	(7.655)	(7.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.254	(3.000)	(100.754)	500
Subscrição de capital	**3.500**	**(3.500)**	**-**	**-**
Integralização de capital	**-**	**6.500**	**-**	**6.500**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(6.535)**	**(6.535)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**107.754**	**-**	(107.289)	**465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(6.535)**	(7.655)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Prejuízo do exercício ajustado	**(6.535)**	(7.655)
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	**1**	(26)
Despesa antecipada	**8**	(2)
Outros créditos	**-**	4
Fornecedores	**(341)**	445
Obrigações trabalhista a recolher	**6**	(3)
Obrigações fiscais a recolher	**(18)**	(3)
Outras obrigações	**6**	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(6.873)**	(7.240)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	**-**	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-**	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	**6.500**	6.000
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	**6.500**	6.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(373)**	(1.244)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**974**	2.218
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**601**	974
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(373)**	(1.244)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. ("Planalto Piauí" ou "Companhia") foi constituída em dezembro de 2007, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte)–Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio-quotista. A Companhia possui um projeto de exploração de minério de ferro nos municípios de Curral Novo, Paulistana, Simões e Betânia do Piauí, todos no Estado do Piauí, chamado de Projeto Planalto Piauí ("PLT"). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 15 direitos minerários sendo 8 Autorização de Pesquisa e 7 Concessões de Lavra, totalizando 20.171,17 hectares. O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dará continuidade aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento de seu projeto, conforme os padrões internacionalmente aceitos. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os projetos e/ou recursos de terceiros. **1.1. Estudo viabilidade Estrada de Ferro do Sertão:** Em 09 de dezembro de 2021 a Planalto Piauí, assinou o Contrato de Adesão nº 7/SNTT/MINFRA/2021, com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, tendo ainda a interveniência da Agência Nacional de Transportes Terrestre, a fim de avaliar a possibilidade de desenvolver estudos para implantação de uma nova ferrovia que ligará o Município de Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí, ao Complexo Portuário de Suape no estado de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis. Ainda durante o ano de 2021 e 2022, a Companhia realizou a atualização dos estudos de engenharia do projeto, além de nova campanha de sondagens e contratação de serviços técnicos independentes para reavaliação de recursos e reservas. **1.2. SAUPE - Complexo Industrial Portuario:** Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato para arrendar uma área fora da poligonal do porto organizado de Suape. O contrato de arrendamento da área de 57,8 hectares é valido por 30 anos e foi assinado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Porto de Suape. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis. O contrato de arrendamento prevê o prazo de 3 anos para a Companhia realize e analise os estudos de viabilidade econômica e socioambiental da área para definição de implantação do terminal. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OPC07. Em 15 de março de 2023, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** a) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata, conforme Nota Explicativa nº 4. ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem passivo financeiro não derivativo: fornecedores. b) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. c) Imposto de renda e contribuição social: c.1) *Impostos sobre lucro:* A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios de 2022 e 2021. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui R$ 24.681 e R$ 26.706 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, não registrados nos livros contábeis em função de ausência de expectativa de lucro tributável. c.2) *Incertezas sobre tratamento de impostos:* A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação. d) Arrendamento–CPC 06 (R2): A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. e) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: "o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação." A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações -contábeis das Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Companhia. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Bancos conta movimento	**1**	1
Aplicações financeiras	**600**	973
Total	**601**	974

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2022, a remuneração média foi de 99,93% do CDI (equivalente a 99,79% em 2021).

5. Impostos a recuperar	2022	2021
IRPJ a recuperar	**32**	7
COFINS a recuperar	**44**	58
PIS a recuperar	**2**	12
	78	77
Circulante	**32**	7
Não circulante	**46**	70

Movimentação do período	PIS	COFINS
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	58
Créditos do período	**27**	**124**
Compensações	**(37)**	**(138)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2**	**44**

6. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores é de R$157 (R$498 em 31 de dezembro de 2021), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados em decorrência da atualização do estudo de engenharia do projeto e de logística de escoamento conforme informado na nota explicativa nº 1. **7. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R$107.754 (R$104.254 em 2021), dividido em 24.613.187 ações ordinárias (7.498.272 ações em 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Em 01 de junho de 2022, foi aprovado um aumento de capital no montante de R$3.500 mediante a emissão de 17.114.915 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2022.

8. Despesas gerais e administrativas por natureza	2022	2021
Serviços contratados (i)	**(5.527)**	(6.543)
Salários e encargos	**(713)**	(773)
Viagens e representações	**(157)**	(81)
Veículos	**(69)**	(86)
Ocupação	**(44)**	(92)
Outras	**(165)**	(123)
	(6.675)	(7.698)

(i) Refere-se a serviços de sondagens e serviços técnicos em decorrência atualização do estudo de engenharia do projeto, de logística ferroviária e portuária de escoamento conforme informado na nota explicativa nº 1. **9. Partes relacionadas:** a) Remuneração dos administradores: O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2022 em R$2.000 para o exercício de 2022 (R$1.000 em 2021). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração. **10. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Vigência	2022	2021
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	05/2022 a 05/2023	**50.000**	50.000
		50.000	50.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia. **11. Eventos subsequentes:** Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações contábeis.

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Janaína Mendonça G. Pais – Contadora CRCRJ 103190/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda - CRC-SP015199/F; Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC-RJ 091370/O.